

Promulgação da nova Carta fica para 5 de outubro

Virginia Drummond

Da Sucursal de Brasília

A nova Constituição será promulgada no dia 5 de outubro, véspera do 72º aniversário do presidente do Congresso constituinte, da Câmara e do PMDB, deputado Ulysses Guimarães (SP). Ele anunciou a data ontem, às 19h, ao lado do relator Bernardo Cabral (PMDB-AM) e dos relatores-adjuntos. A votação global do texto que será produzido pela Comissão de Redação até o próximo dia 16 vai acontecer no dia 22 de setembro, segundo Ulysses.

A escolha do dia 5 de outubro foi explicada por Ulysses como necessária porque "os 559 constituintes terão que assinar dez vezes o texto, em papel especial, o que demandará cerca de cinco sessões". Segundo ele, isso levaria o processo até o dia 27, e mais algum tempo seria necessário para os preparativos da solenidade, para a qual serão convidados os presidentes do Poder Legislativo das três Américas, dos países de língua portuguesa e, "por afini-

dades manifestas", segundo Ulysses, também da Espanha.

A votação global do texto será feita por maioria absoluta dos 559 constituintes (280). O presidente da Casa descartou a hipótese de o texto ser rejeitado ou não alcançar o quórum mínimo. "Isto é uma Assembleia Nacional Constituinte, não é um hospício", afirmou, acrescentando que quem "trabalhou até agora, desde fevereiro de 87, não vai jogar tudo fora assim".

Bernardo Cabral e os relatores-adjuntos José Fogaça (PMDB-RS), Adolfo Oliveira (PL-RJ) e Antonio Carlos Konder Reis (PDS-SC) estão reunidos desde ontem no Pradisen (Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal) para "passar um 'pente-fino' no texto aprovado no segundo turno", para corrigir erros de remissão (artigo que faz referência a outro) e renunciar os dispositivos, em virtude de supressão de vários deles.

Eles trabalharão nisso até o dia 8 (quinta-feira), quando entregarão o resultado ao secretário-geral da Mesa, Paulo Afonso, para publicação. O texto será entregue extra-oficialmente aos membros da Comis-

são de Redação, para que utilizem o fim-de-semana para estudar e sugerir propostas de correções redacionais e de técnica legislativa.

A primeira reunião da Comissão será no próximo dia 13 e os constituintes terão 48 horas para apresentar sugestões de redação. A Comissão dará "parecer conclusivo" sobre elas, sem possibilidade de recursos. Entre as alterações possíveis nessa fase, Cabral exemplificou com a hipótese de existir, no mesmo parágrafo, as palavras "vedação" e "vedada". "Uma delas poderia ser trocada, como 'proibida'", afirmou, acrescentando que não serão permitidas alterações do mérito já aprovado.

As homenagens ao presidente do Congresso constituinte, deputado Ulysses Guimarães, 72 (PMDB-SP) não se encerraram com o final do segundo turno. Às 17h, o ministro-chefe do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto, chegou à casa de Ulysses para lhe entregar a carta de congratulações enviada por Sarney. Na carta, o presidente reafirma que, "apesar das preocupações e dúvidas sobre alguns dispositivos aprovados, será o primeiro servidor das leis e da pátria".



Ulysses Guimarães (dir.) anuncia a data da promulgação da Constituição; a seu lado, o relator Bernardo Cabral

Carta leva país a "rídículo universal"

PAULO FRANCIS
De Nova York

Continuação do primeiro página

A Constituição americana define a forma de governo, suas atribuições específicas, os direitos do cidadão e suas responsabilidades. Tem sete artigos, dez emendas básicas ("A Carta dos Direitos") e, ao longo de uma história de mais de 200 anos, 26 emendas foram acrescentadas, todas, sem exceção, em resposta a problemas e realidades de que o país e os cidadãos não poderiam fugir. A emenda 13, por exemplo, de 1865, é que tem o texto mais longo, pois foi redigida depois da hecatombe da guerra entre os Estados, acrescentando, de essencial, a libertação dos negros, cuja cidadania, em linguagem sutilmente eufemista, havia sido omitida dos sete artigos originais e da "Carta de Direitos".

Já a Constituição brasileira lembra mais um pedaço célebre de

Ionesco, "Comment pour se débarrasser", em que um cadáver aparece misteriosamente numa casa burguesa, cujos moradores resolvem ignorá-lo e continuar suas vidas normais, mas, todo dia, o cadáver cresce mais um pouco, a um ponto em que ocupa a casa toda e impede as pessoas de se moverem.

O Brasil é um país grande, pobre, atrasado e desgovernado. Agora, com a Constituição votada em Brasília, é também um país que será crivado de rídículo universal. É impossível levar a sério este documento "Frankenstein", sem pé nem cabeça, que trelaça juro, anistia devedores, cria direitos irrealistas, e é de um jingoísmo extremo e odioso, com isto oficializando o contrabando no Brasil, porque os bem de vida não serão privados do que lhes está proibido no papel.

E evidente que uma Constituição deve ser uma carta de princípios básicos e que o resto pode ser

determinado por ação executiva, legislação ordinária e decisões judiciais. Mas a maioria dos constituintes, isolados na totalitária Brasília, "terra de ninguém", sem sofrer a crítica da mídia e opinião pública das grandes cidades, entregou-se a uma orgia de disparates, tentando servir a todos os grupos de interesses que lhes podem render votos, e produzindo esta "grotesquerie" que mais parece uma cartilha de comportamento infantil do que uma Carta magna.

Mas pagaria caro. Afinal, são tão ilegítimos como Sarney, que foi eleito vice-presidente por um arranjo ditatorial e passou a presidente por um descuido típico da medicina brasileira. Os constituintes foram eleitos na esteira das fantasias de prosperidade e estabilidade do Plano Cruzado. Este foi desfeito antes que houvesse contagem oficial dos votos. E eles serão postos para fora pelo eleitorado, na primeira oportunidade.

Texto traz o 'expresso da meia-noite'

RICARDO AMARAL
Da Sucursal de Brasília

Faltava pouco para a meia-noite de quinta-feira quando o deputado Sílvio Abreu (PMDB-MG) engatou no capítulo das Disposições Transitórias o último trem da alegria aprovado pelo Congresso constituinte. Abreu garantiu a efetivação de 83 advogados que ele nomeou para a Defensoria Pública de Minas Gerais, quando era secretário de Interior e Justiça do governador Tancredo Neves. Não foi um trem negociado como os outros que trafegam pela nova Carta. Passou pela contramão, driblou as lideranças partidárias e quase tirou do sério o líder do PMDB, Nelson Jobim.

O "expresso da meia-noite", como foi batizado, apitou pela primeira vez nas votações do primeiro turno, teve o sinal fechado por três emendas supressivas e acabou atropelando a última sessão de votações do

segundo turno para estacionar, definitivamente, no artigo 25 das Disposições Transitórias. Numa reunião de lideranças que terminou às 16h, foi acordada a supressão do trem, mas coube ao próprio Abreu redigir o texto do acordo, o que fez com uma ligeira modificação que garantia a efetivação de seus advogados.

Às 23h30, quando a emenda foi posta em votação, Jobim denunciou parte da manobra, mas a confusão no plenário era tanta que poucos perceberam o conteúdo do vagão. "Com esta confusão, ficamos com a abstenção", rimou o senador João Menezes (PFL-PA), ao encaminhar a votação em nome de seu partido. O vice-líder do PT, Paulo Delgado (MG), natural de Juiz de Fora como Abreu, estava mais atento e disse que a manobra do deputado do PMDB era "lamentável".

"Isso é briga de Juiz de Fora", introneteu-se o vice-líder do PDS,

Bonifácio Andrada, da vizinha Barbacena (MG), que apoiava o "tremzinho do Sílvio". "Juiz de Fora não é Barbacena", devolveu Delgado, engrossando o caldo. No placar, os advogados de Abreu conseguiram sua estabilidade, mas o deputado não teve com quem comemorar. "Isso é uma vergonha", definiu Plínio de Arruda Sampaio (PT-SP), que acompanhou as negociações.

Ao lado de Plínio, na última fila do lado direito, ninguém parecia muito preocupado com o último trem da alegria. Faltavam apenas três votações para o final e a deputada Rita Camata (PMDB-ES) estocava jornais picados para a apoteose final. Na linha de montagem dos confetes, Jayme Santana (PSDB-MA) rasgava jornais na vertical, Rita picotava na horizontal, Cassio Cunha Lima (PMDB-PB) juntava os montinhos e Messias Soares (PTR-RJ) colocava tudo em um saco de lixo preto, surrupiado às faxineiras.

Constituinte vira colégio na última madrugada

CLÓVIS ROSSI
Enviado especial a Brasília

Não fosse pelos ternos quase todos sóbrios, a festa de encerramento dos trabalhos do Congresso constituinte teria sido igualzinha à festa de fim de ano de qualquer escola secundária: teve aviãozinho de papel jogado nos colegas, teve bola também de papel arremessada pelos que estavam sentados nos que ficavam em pé, teve discurso, teve bandeira do Brasil, teve discurso barroco do bedel Ulysses Guimarães, teve fotos de lembrança para a posteridade, teve lágrimas, teve risos.

A festa começou quando começou o último dia de aula, logo que Ulysses chegou ao plenário, às 11h da manhã de antontem. Mas era uma festa contida, porque havia ainda um longo roteiro de votações a seguir, havia os olhos vermelhos da noite sem sono dos que foram à festa "bye-bye-Constituinte", encerrada às 6h, havia a preocupação de fechar os últimos acordos.

A medida que as horas corriam rumo à sexta-feira, os preparativos para a festa iam aumentando. No plenário, constituintes dedicavam-se a rasgar papéis e jornais para preparar a indelével chuva de papel picado. João Herrmann Neto (PSB-SP), candidato à Prefeitura de Piracicaba, trouxe uma bandeirinha brasileira de papel que Dirce Tutu Quadros (PSDB-SP) tomou de suas mãos e pregou no vestido.

Às 21h10, José Lourenço, líder do PFL na Câmara e porta-voz do governo Sarney, tentou introduzir mais uma emenda de contrabando, a que permitia a reeleição de todos os membros das mesas das duas Casas do Congresso Nacional. Emenda que tinha nome e sobrenome: Ulysses da Silveira Guimarães, presidente da Câmara e legalmente impedido de concorrer à reeleição.

Ulysses tomou a palavra para dizer-se "surpreendido" com a proposta. Ricardo Fiúza (PFL-PE) brincou: "Que ingênuo que ele é". Ulysses aproveitou o fato de se estar apreciando uma emenda que o envolvia diretamente para deixar a presidência e correr para o seu gabinete. "Agora, ele vai fazer xixi", comentou mais de um consti-

tuinte. Nada mais justo: o grande bedel estava sentado na poltrona da presidência desde 16h21 — quase cinco horas corridas.

Começou a negociação entre as bancadas para saber como votariam a "emenda Ulysses Guimarães". Os "tucanos" formaram uma roda no meio do plenário e o senador Mário Covas (SP) ponderou que se devia votar contra, embora ele pessoalmente tivesse que votar a favor, para não dar a impressão de uma animosidade pessoal contra Ulysses. No fim da votação improvisada, venceu o "sim" por 23 a 18.

Ulysses ficou trancado no seu gabinete, tomando suco e comendo um sanduíche, absorto, distante. No plenário, raros constituintes acreditavam que Ulysses tinha sido mesmo surpreendido. Mas tinha. Na verdade, o que ele autorizara sua assessoria a preparar, para a hipótese de o clima permitir, era uma emenda com seu nome e sobrenome, sem subterfúgios. Por ela, ele seria reeleito presidente da Câmara, talvez por aclamação.

Constrangido pela atropelada de José Lourenço, Ulysses acabou cedendo à proposta de seus assessores para ordenar a retirada da emenda. Voltou ao plenário e nem ouviu o comentário do senador Fernando Henrique Cardoso (PSDB-SP): "Pois é, o Mauro Benevides não conseguiu mesmo comandar uma única votação". Benevides, senador do PMDB-CE, é o vice-presidente da Constituinte, substituído Ulysses, mas não chegou, nos 19 meses de trabalho, a conseguir ordenar uma votação.

Quase uma hora da madrugada de sexta-feira e João Herrmann arranja outra bandeira brasileira para substituir a que Tutu Quadros desapropraria. Agora, é uma bandeira grande, de pano. O deputado paulista fica girando a bandeira no meio do plenário, enquanto se sucedem discursos encobertos pelos gritos de "vamos votar", "vamos votar" que saem das bordas do plenário, em vozes angustiadas de fome e de sono.

As galerias só acordam da sonolência quando é anunciada a votação do último bloco de destaques, todos em torno do governo do Distrito Federal. A primeira proposta é

defendida pelo senador Pompeu de Souza (PSDB-DF) e prevê eleição-já. A galeria explode: "Brasília quer votar já e agora". Ulysses devolve o grito de guerra: "Se vocês querem votar, deixem que a gente vote a emenda".

Pompeu, cabelos inteiramente grisalhos, gestos largos, voz rouca, leva as galerias e boa parte dos constituintes ao delírio com o seu discurso, ainda que poucas frases possam ser realmente ouvidas, dado o ruído ambiental.

Desfralda-se uma faixa anunciando que "Brasília quer votar agora". A segurança não perdôa, avança sobre a faixa. Há um empurra-empurra, alguns tapas trocados entre seguranças e manifestantes, ressurge um grito que parecia enterrado no passado: "Abaixo a repressão".

Haroldo Lima (PC do B-BA) sobe às galerias, tenta pôr ordem na coisa. Gastone Righi (SP), líder do PTB, aproveita: "Senhor presidente, o constituinte Haroldo Lima está fazendo agitação nas galerias". Vais, protesto dos constituintes do PC do B. Ulysses dá razão ao PC do B, a faixa é recolhida como troféu por um manifestante, que não a deixou cair nas mãos da polícia.

O esforço de Pompeu de Souza foi inútil: a emenda da eleição-já é derrubada.

Passa bem de 1h da madrugada e entra em votação a última emenda, a que permite que Alexandre Costa seja indicado governador do DF sem perder o mandato de senador. Em meio do processo de votação, começam discursos de dar sono ou dar riso, como em qualquer formatura colegial. Começam os agradecimentos a tudo e a todos.

José Lourenço volta ao microfone de apertar para elogiar Ulysses Guimarães e, suprema ousadia, José Sarney. Vais. Ulysses, irônico: "No que me diz respeito, agradeço". Um deputado da "bancada evangélica" agradece a Deus e a Jesus Cristo. Os jornalistas brincam: "Só falta agora o Ulysses também agradecer a parte que lhe toca". Aparece mais uma bandeira brasileira. 1h21: termina a votação, a emenda "Alexandre Costa" é rejeitada, festa de consolo para as galerias.

A festa final ia começar, mas há

ainda um pormenor técnico a acertar: votar, em bloco, todas as emendas que não foram "destacadas" (para votação em separado), com parecer contrário ou favorável do relator Bernardo Cabral.

Ulysses repete o ritual, o primeiro bloco de emendas é rejeitado. Na hora de votar o segundo bloco, pifa o painel eletrônico. Pouco depois termina enfim a votação. Abrem-se os vidros do "aquário" no qual ficam os jornalistas que cobrem o dia-a-dia do Congresso e o papel picado cai sobre o plenário. Os constituintes aplaudem os jornalistas, que aplaudem os constituintes, que se aplaudem a si próprios.

Um bolo de constituintes se enfia sob a bandeira brasileira que João Herrmann trouxe e começa a desfilar pelo plenário. "É plágio, é plágio", gritam outros constituintes, lembrando da cena célebre de manifestantes se protegendo da chuva sob uma gigantesca bandeira brasileira, nos jardins do Congresso, no dia em que Tancredo Neves foi eleito presidente da República.

Ulysses Guimarães puxa do bolso quatro folhas de papel datilografado e começa seu discurso de encerramento com uma conclamação que pode ser lida com ironia: "Minhas irmãs e meus irmãos". O discurso é barroco como todos os de Ulysses. "Quando partimos para a travessia, em 1º de fevereiro de 1987, a esperança estava no caos, com os olhos, nos corações e nas reivindicações dos 65 milhões de brasileiros que para Brasília nos mandaram. Hoje é o alvorço da chegada, com a âncora da Constituição chantada no chão da democracia", começa.

Aplausos a cada parágrafo. No fundo do plenário, de pé, um leve sorriso nos olhos e nos lábios, Mário Covas, tido como o grande tribuna da Constituinte, parece embevecido. Cordial inimigo de Ulysses desde que militavam ambos no PMDB, o senador paulista não esconde que admira o velho rival.

Cai mais papel picado. Ulysses termina o discurso. Os constituintes, o pessoal da galeria, os funcionários, até os jornalistas dão-se as mãos, erguem os braços e entoam desafinados o "Ouviram do Ipiranga as margens plácidas".



Panorama do plenário do Congresso constituinte na sessão de encerramento

Ulysses encerra a sessão. Começa a debandada rumo à saída, qual estádio de futebol. Ulysses fica ainda no estrado, para a cerimônia do beija-mão.

A bancada do PT se junta, põe a bandeira brasileira sobre a bancada que seu líder ocupa habitualmente e posa para fotos. Depois, chama os jornalistas para a pose para a posteridade. Vai juntando cada vez mais gente, os jornalistas vão sentando no chão atapetado de papel picado. Os fotógrafos formam um pelotão de fotografia para fotografar a mistura de jornalistas e constituintes. José Genoino grita para Ulysses, ainda no estrado: "Desce, desce".

Ulysses vem até a beira do estrado, ergue os braços e aplaude o bando de constituintes e jornalistas disfarçados de colegas. E desce mesmo. Posa na frente do bloco. O plenário vai ficando vazio. A nuvem de jornalistas e constituintes segue Ulysses, quase passa por cima de Mora, a mulher do deputado. Mora prefere esperar que se restabeleça um mínimo de civilização e vai atrás do marido.

Os dois se encontram no saguão verde, o imenso hall do Congresso Nacional. Mora abraça Ulysses, lhe dá um beijo na face e murmura, bedel do bedel: "Parabéns. Agora, vamos para casa".